

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Disponibilidades	5	34.430	143.018	Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		8.855.612	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6 e 7	25.687.695	-	Instrumentos financeiros derivativos.....	7	3.494.214	-
Instrumentos de dívida.....		9.661.036	-	Obrigações por empréstimos.....	12a	5.310.295	-
Instrumentos de patrimônio.....		1.258.255	-	Carteira de câmbio.....	12a	51.103	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.....		13.608.259	-	Passivos financeiros para negociação	7	-	1.660.715
Instrumentos financeiros derivativos.....		1.160.145	-	Instrumentos financeiros derivativos.....		-	1.660.715
Ativos financeiros para negociação	7	-	3.632.128	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	12b	23.878.163	-
Instrumentos de dívida.....		-	2.309.788	Depósitos de clientes.....		6.136.252	-
Instrumentos de patrimônio.....		-	112.900	Depósitos de instituições financeiras.....		400.958	-
Instrumentos financeiros derivativos.....		-	1.209.440	Obrigações por empréstimos.....		14.602.647	-
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	8	-	169.795	Outros passivos financeiros.....		2.738.306	-
Instrumentos de dívida.....		-	169.514	Passivos financeiros ao custo amortizado	12b	-	21.334.009
Outros ativos financeiros disponíveis para venda.....		-	281	Depósitos de clientes.....		-	5.776.017
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.301.248	-	Depósitos de instituições financeiras.....		-	334.844
Empréstimos e adiantamentos a clientes.....	9a	2.140.673	-	Obrigações por empréstimos.....		-	13.273.708
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.....	9b	8.021.930	-	Carteira de câmbio.....		-	6.224
Outros ativos financeiros.....	9c	1.138.645	-	Outros passivos financeiros.....		-	1.943.216
Empréstimos e adiantamentos		-	22.817.399	Provisões	14a	570.514	607.866
Empréstimos e adiantamentos a clientes.....		-	1.151.694	Correntes.....		99.737	264.717
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.....		-	21.665.705	Correntes.....		99.737	264.717
Ativo tangível	10	136.449	142.849	Outros passivos	13	463.712	505.679
Ativo intangível	11	5.727	5.727	Total do passivo		33.867.738	24.372.986
Créditos tributários		370.189	537.434	Patrimônio líquido	16		
Correntes.....		17.329	140.852	Capital.....		2.683.481	2.453.981
Diferidos.....	15	352.860	396.582	Reservas.....		1.807.971	1.841.232
Outros ativos	13	818.512	1.217.595	Resultado abrangente acumulado.....		-	2.686
Total do ativo		38.354.250	28.665.945	Ações em tesouraria.....		(4.940)	(4.940)
				Total do patrimônio líquido		4.486.512	4.292.959
				Total do passivo e patrimônio líquido		38.354.250	28.665.945

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Reservas					Outros resultados abrangentes				
	Capital Social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Leagi	Estatutária	Contribuição de capital	Lucros acumulados	Disponível para venda	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2016	2.453.981	-	24.939	186.407	1.551.475	29.186	-	1.620	(4.940)	4.242.668
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo.....	-	-	-	-	-	-	-	1.066	-	1.066
Pagamento baseado em ações.....	-	-	-	-	-	6.865	-	-	-	6.865
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(189.250)	-	-	-	-	(189.250)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	231.610	-	-	231.610
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal.....	-	-	-	12.817	-	-	(12.817)	-	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	218.793	-	(218.793)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	2.453.981	-	24.939	199.224	1.581.018	36.051	-	2.686	(4.940)	4.292.959
Mudança na adoção inicial do IFRS 9.....	-	-	-	-	(586)	-	-	-	-	(586)
Em 01 de janeiro de 2018	2.453.981	-	24.939	199.224	1.580.432	36.051	-	2.686	(4.940)	4.292.373
Aumento de capital.....	-	229.500	-	-	-	-	-	-	-	229.500
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo.....	-	-	-	-	-	-	-	(2.686)	-	(2.686)
Pagamento baseado em ações.....	-	-	-	-	-	4.953	-	-	-	4.953
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	232.372	-	-	232.372
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(270.000)	-	-	-	-	(270.000)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal.....	-	-	-	11.619	-	-	(11.619)	-	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	220.753	-	(220.753)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	2.453.981	229.500	24.939	210.843	1.531.185	41.004	-	(4.940)	4.486.512	4.486.512

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" ou "Consolidado"), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

a) Base de preparação - Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

b) Adoção de novas normas e interpretações - O Consolidado adotou as normas e interpretações que entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco:

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: este pronunciamento foi aprovado em substituição ao IAS 18 e trata do reconhecimento de receitas de forma a refletir apropriadamente a transferência de bens ou serviços. Não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: o *International Accounting Standard Board* (IASB) aprovou a versão final do IFRS 9 em substituição ao IAS 39 Instrumentos Financeiros, estabelecendo assim novos requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de *impairment* e *hedge accounting*.

i. Transição: O consolidado optou pela aplicação prospectiva das alterações nas práticas contábeis estabelecidas pelo IFRS 9. As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas líquidas de imposto sem reservas do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018, e as informações referentes ao exercício de 2017 foram mantidas no padrão do IAS 39. As notas explicativas abaixo tem por finalidade prover o detalhamento dos efeitos de transição entre as práticas contábeis do IFRS 9 em relação ao IAS 39. **ii. Data de reconhecimento:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Classificação de instrumentos financeiros: No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) – essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descaimento contábil que poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado. Em 2017 os ativos financeiros eram incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias: • Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado) – essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). • Ativos financeiros disponíveis para venda – essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento",

"Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste de avaliação patrimonial – valor justo" no resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o instrumento financeiro é alienado ou possui indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado. • Empréstimos e adiantamentos – essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e adiantamentos é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros. **iv. Modelo de negócios** - Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii). **v. SPPI Test** - É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **vi. Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado. **vii. Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros** - Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado. O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer. **viii. Compensação** - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **ix. Taxa de juros efetiva** - A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. **x. Instrumentos de patrimônio** - São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas. O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado. **xi. Mensuração dos ativos e passivos financeiros:** Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo. Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos e determinadas operações compromissadas, são mensurados ao custo amortizado. O valor justo na data do negócio equivale ao preço

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receitas com juros e similares.....	17a	1.931.547	2.652.277
Despesas com juros e similares.....	17b	(1.209.482)	(1.280.155)
Receita líquida com juros		722.065	1.372.122
Provisão para perda de crédito	9	(1.517)	-
Receita líquida da provisão para perda de crédito		720.548	1.372.122
Receita de tarifas e comissões.....	18	627.465	521.305
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros.....	17c	518.478	(104.556)
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial.....	19	(375.942)	(434.149)
Total de receitas		1.490.549	1.354.722
Despesas tributárias.....	20	(98.115)	(108.199)
Outras despesas administrativas.....	21	(240.646)	(200.719)
Depreciação.....	10	(16.693)	(15.791)
Provisões.....		(1.393)	(380)
Outras receitas (despesas).....		31.613	(10.870)
Lucro operacional antes da tributação		443.587	346.847
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	15	(211.215)	(115.237)
Lucro líquido consolidado do exercício		232.372	231.610
Lucro por ação (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias.....		41,0448	40,9133
Ações preferenciais.....		41,0448	40,9133
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias.....		5,470	5,470
Ações preferenciais.....		191	191

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

	2018	2017
Lucro líquido e resultado consolidado do exercício	232.372	231.610
Outros componentes do resultado abrangente	1.181	1.066
Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda.....	(2.686)	1.066
Ganhos transferidos ao resultado por alienação de ativos disponíveis para venda.....	3.867	-
Total do resultado abrangente do exercício	233.553	232.676

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Atividades operacionais		315.058	142.462
Ajustes ao lucro			
Lucro líquido.....		232.372	231.610
Ajuste ao lucro líquido.....			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa.....		8	33
Depreciações.....	10	16.693	15.791
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos.....		43.722	(149.479)
Constituições de provisões.....		22.263	44.507
Aumento líquido/(Redução) nos ativos operacionais		(9.306.343)	3.433.446
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(8.485.429)	-
Ativos financeiros para negociação.....		-	3.254.276
Ativos financeiros disponível para venda.....		167.109	171.045
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.....		(1.557.682)	-
Empréstimos e adiantamentos.....		-	(279.113)
Ativos fiscais correntes.....		123.523	(60.703)
Outros ativos.....		399.083	270.971
Juros recebidos.....		47.053	76.970
Aumento líquido/(Redução) nos passivos operacionais		7.359.051	1.384.797
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		8.855.612	-
Passivos financeiros para negociação.....		(1.660.715)	(925.713)
Passivos fiscais correntes.....		(164.980)	325.574
Depósitos.....		426.349	2.167.212
Outros passivos.....		101.715	13.088
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(198.930)	(195.364)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente de atividades operacionais		(1.632.234)	4.960.705
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas).....	10	(10.293)	(11.500)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(10.293)	(11.500)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital.....	16	229.500	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis; b) O valor do dinheiro no tempo; e c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras. A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

(f) Valores de perdas de crédito esperadas - Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Classificação dos instrumentos financeiros por estágios - Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido: • Estágio 1 – instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial; • Estágio 2 – instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e • Estágio 3 – instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. O Consolidado não possui instrumentos financeiros classificados no estágio 3. **Instrumentos financeiros classificados no estágio 3** - Os instrumentos financeiros estão incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil líquido (isto é, líquido da provisão para perdas de crédito). Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados: a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador; b) Quando houver atraso ou não pagamento; c) O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte; d) Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofrerá reorganização societária; e) Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou f) Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida. Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define "default" para fins internos de gerenciamento de risco de crédito. Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em default quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito. **Instrumentos financeiros classificados no estágio 2** - Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de impairment estão incluídos no Estágio 2. Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo. O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores: **Críticos quantitativos** - O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limites relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras. **Críticos Qualitativos** - O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao rating de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito. Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais. **Instrumentos financeiros classificados no estágio 1** - Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de default nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

b) Metodologia de estimativa de perda esperada "impairment" - Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada: • PD: O modelo estima a probabilidade de downgrade e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características. • EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos. • LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo. A ECL de 12 meses é calculada multiplicando a PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período. **xiv. Ajustes de transição** - Considerando as alterações nas práticas contábeis expostas acima, o Consolidado promoveu a reclassificação de alguns ativos e passivos financeiros assim como ajustes referentes a impairment e valor justo, conforme quadro abaixo:

Efeitos da adoção do IFRS 9	Classificação IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Ajustes de transição	Saldo em 01/01/2018	Classificação IFRS 9
Ativos financeiros	Empréstimos e adiantamentos	22.817.399	9.053.464 13.763.935	(1.169) (541)	9.052.295 13.763.394	Custo amortizado VJR
	Disponíveis para venda	169.795	281 169.514	-	281 169.514	Custo amortizado VJORA
	Para negociação	3.632.128	3.632.128	-	3.632.128	VJR
Total		26.619.322	26.619.322	(1.710)	26.617.612	
Passivos financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	21.334.009	16.269.926 5.064.083	- (733)	16.269.926 5.063.350	Custo amortizado VJR
	Para negociação	1.660.715	1.660.715	-	1.660.715	VJR
Total		22.994.724	22.994.724	(733)	2.993.991	
Total dos ajustes de transição do patrimônio líquido				(977)		

Detalhes da movimentação da perda esperada:

	Estágios		2018 Total
Movimentação da perda esperada			
01/01/2018.....	1	2	1.169
Constituição/(reversão) de provisão.....	563	954	1.517
31/12/2018.....	878	1.808	2.686

Adicionalmente o impacto no patrimônio líquido é apresentado de forma líquida de impostos conforme quadro abaixo:

Ajustes de transição do patrimônio líquido	
Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	4.292.959
Efeito dos ajustes decorrentes do IFRS 9.....	(977)
Imposto de renda diferido.....	391
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	4.292.373

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira - As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período. As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 3).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação - i. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação: • "Disponibilidades" - saldos de caixa. • "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado, exceto os representados por títulos. • "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos. • "Carteira de câmbio" - inclui operações de câmbio ativas e passivas. • "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. • "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas. • "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa (exceto futuros). • "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes, e depósitos efetuados por determinação judicial. • "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo em favor do Consolidado dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting). **ii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação** - Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada: • "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes. • "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil. • "Obrigações por empréstimos" - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior. • "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências. • "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo a pagar pelo Consolidado nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

e. Ativo tangível - O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável). Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas". A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

f. Ativo intangível - O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros. Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável. São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida. Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment), e consequente contabilização da amortização no resultado, foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros.

g. Provisões - As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos. As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada. Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

h. Passivos contingentes - O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

i. Garantias financeiras - São definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter. As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 9 (d).

j. Ativos sob administração - Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

k. Benefícios a funcionários - Plano de pensão: O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. **Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 22 (b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

l. Impostos - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados, conforme estabeleceu a Lei nº 13.169/15. São reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

m. Ações em tesouraria - Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

n. Dividendos e juros sobre capital próprio - Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN e não com base nestas Demonstrações Contábeis. Os dividendos são contabilizados como uma redução no patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

o. Estimativas e premissas críticas - Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 2 (xiii), 3 (h), 15 e 25 (II).

p. Lucro por ação - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

q. Reconhecimento de receita e despesa - Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir: **Receita e despesa com juros e similares** - São reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva. **Receita de tarifas e comissões** - O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias: Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria. Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

r. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados: • Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. • Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. • Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento. • Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa. • Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

4. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações existentes

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros - Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente: **IFRS 16 – Arrendamentos:** pronunciamento que substitui o IAS 17 – Arrendamentos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, e traz novos parâmetros para reconhecimento do direito de uso do ativo bem como o passivo contratual a valor presente. Em 31 de dezembro de 2018 o Consolidado estima que não haverá impactos patrimoniais relevantes decorrentes da adoção desse pronunciamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	2018	2017
Disponibilidades.....	34.430	143.018
Aplicações em operações compromissadas.....	21.608.259	21.064.901
Total.....	21.642.689	21.207.919

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio e empréstimos e adiantamentos

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). • Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

	2018		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas)	Valor mercado
Passivos financeiros – VJR	9.639.335	21.701	9.661.036
Instrumentos de dívida	8.878.175	33.909	8.912.084
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro.....	761.160	(12.208)	748.952
Debêntures.....	1.101.787	156.468	1.258.255
Instrumentos de patrimônio	1.051.508	156.468	1.207.976
Ações listadas em bolsa.....	50.279	-	50.279
Cotas de fundos de investimento.....	13.607.756	503	13.608.259
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ...	13.607.756	503	13.608.259
Aplicações em operações compromissadas.....	24.348.878	178.672	24.527.550
Total			

Para 2017 seguem quadros com os instrumentos classificados como "Para negociação":

(a) Instrumentos de dívida

	2017		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas)	Valor mercado
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro.....	2.304.806	4.982	2.309.788
Debêntures.....	-	-	-
	2.304.806	4.982	2.309.788

(b) Instrumentos de patrimônio

	2017		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas)	Valor mercado
Ações listadas em bolsa.....	102.435	7.348	109.783
Cotas de fundos de investimento.....	3.117	-	3.117
	105.552	7.348	112.900

Em 2018 e 2017, os ativos apresentados acima possuem vencimento em até 1 (um) ano.

7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de swaps estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Swaps e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. • Ações - cotação de fechamento divulgada pela B3. • Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável. • Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3. Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.951.564 (2017 – R\$ 1.905.051). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (offsetting):

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de swap.....	504.451	2.431.706	756.878	1.099.988
Operações a termo.....	84	-	180	-
Operações com opções.....	1.104.347	1.095.107	779.150	731.466
Operações com futuros.....	-	22.105	-	15.355
Outros derivativos.....	491.094	885.127	329.629	470.303
Total operações	2.099.976	4.434.045	1.865.837	2.317.112
Efeito do offsetting – transferido.....	(609.200)	(330.631)	(379.246)	(277.151)
Efeito do offsetting – recebido.....	(330.631)	(609.200)	(277.151)	(379.246)
Total do efeito do offsetting (Nota 2 (f)).....	(939.831)	(939.831)	(656.397)	(656.397)
Total	1.160.145	3.494.214	1.209.440	1.660.715

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de offsetting, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	Valor Justo			
	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	2018	2017
Ativo	1.966.035	139.941	2.099.976	1.865.837
Operações de swap.....	468.878	35.573	504.451	756.878
Operações a termo.....	-	84	84	-
Operações com opções.....	1.001.398	102.949	1.104.3	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

					Total	
	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	2018	2017
	Ativo	243.031	465.713	415.805	975.427	2.099.976
Operações de swap	5.717	175.607	158.369	164.758	504.451	756.878
Operações a termo	84	-	-	-	84	180
Operações com opções	68.495	162.831	62.454	810.567	1.104.347	779.150
Outros derivativos	168.735	127.275	194.982	102	491.094	329.629
Passivo	331.261	952.847	1.106.158	2.043.779	4.434.045	2.408.491
Operações de swap	95.822	570.506	613.531	1.151.847	2.431.706	1.099.988
Operações com opções	64.181	130.077	89.137	811.712	1.095.107	731.466
Operações de futuros	22.105	-	-	-	22.105	15.355
Outros derivativos	149.153	252.264	403.490	80.220	885.127	561.682

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

					Total	
	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	2018	2017
	Operações de swap	2.777.341	7.126.730	6.400.629	12.272.633	28.577.333
Operações com opções - comprada	3.947.646	6.134.266	1.824.602	3.552.641	15.459.155	11.264.355
Operações com opções - vendida	3.666.353	6.619.307	1.741.866	3552.641	15.580.167	11.489.372
Operações a termo - comprada	1.402.845	-	-	-	1.402.845	424.188
Operações a termo - vendida	1.383.891	-	-	-	1.383.891	418.661
Outros derivativos	9.504.981	10.862.790	5.195.315	5.367	25.568.454	17.313.985

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

	2018		2017	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
	Swap	(870.004)	(64.045)	27.321
Termo	(637)	84	(18)	180
Futuros	1,542,553	-	(346,431)	-
Opções	(29,956)	3,072	8,914	32,882
Outros derivativos	33,022	(19,799)	261,164	1,784
Total	674,978	(80,688)	(49,050)	(34,511)

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente. Nível 2 - as informações que não contenham os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não contenham os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios. Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar a *offsetting* dos derivativos:

	2018				2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2017
Ativos financeiros – VJR e VJORA								
Títulos da dívida do governo brasileiro	8.912.084	-	-	8.912.084	-	-	-	-
Debêntures	-	748.952	-	748.952	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	-	50.279	-	50.279	-	-	-	-
Ações listadas em bolsa	1.207.976	-	-	1.207.976	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos								
Operações de swap	-	501.248	3.203	504.451	-	-	-	-
Opções	-	1.104.347	-	1.104.347	-	-	-	-
Operações a termo	-	84	-	84	-	-	-	-
Outros derivativos	-	491.094	-	491.094	-	-	-	-
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos								
Operações de swap	-	2.431.706	-	2.431.706	-	-	-	-
Opções	-	1.095.107	-	1.095.107	-	-	-	-
Futuros	22.105	-	-	22.105	-	-	-	-
Outros derivativos	-	885.126	-	885.126	-	-	-	-
Outros passivos financeiros								
Obrigações por empréstimos	-	5.310.295	-	5.310.295	-	-	-	-
Carteira de câmbio	-	51.103	-	51.103	-	-	-	-
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2017				
Ativos financeiros								
Títulos da dívida do governo brasileiro	2.479.302	-	-	2.479.302	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	-	3.117	-	3.117	-	-	-	-
Ações listadas em bolsa	109.783	-	-	109.783	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos								
Operações de swap	-	756.298	580	756.878	-	-	-	-
Opções	-	779.150	-	779.150	-	-	-	-
Operações a termo	-	180	-	180	-	-	-	-
Outros derivativos	-	329.629	-	329.629	-	-	-	-
Passivos financeiros para negociação								
Instrumentos financeiros derivativos								
Operações de swap	-	1.095.955	4.033	1.099.988	-	-	-	-
Opções	-	731.466	-	731.466	-	-	-	-
Futuros	15.355	-	-	15.355	-	-	-	-
Outros derivativos	-	561.682	-	561.682	-	-	-	-

Movimentação das operações Nível 3: (Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	2018	2017
Saldo inicial	(3.453)	19.582
Vencimento de operações	1.238	(19.388)
Resultado das operações no exercício	5.418	(3.647)
Saldo final	3.203	(3.453)

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

8. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Em 2018 o Consolidado não tem ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Em 2017 o Consolidado possuía Títulos da Dívida do Governo Brasileiro, classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda, conforme abaixo:

	2017		
	Valor de custo	Ganhos/(perdas)	Valor mercado
	Títulos da dívida do governo brasileiro	165.037	4.477
	165.037	4.477	169.514

9. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado**(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes** - A carteira de crédito é composta, principalmente, pelos ativos financeiros listados abaixo:

	2018	
	Valor de custo	Valor de custo
Empréstimos	481.677	481.677
Títulos descontados	251.531	251.531
Financiamentos	424.138	424.138
Empréstimos de ação	283.948	283.948
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	699.379	699.379
Total	2.140.673	2.140.673

Em 2017 a carteira de crédito foi classificada como Empréstimos e adiantamentos e era composta, principalmente, por empréstimos no montante de R\$ 484.265, títulos descontados no montante de R\$ 196.262, financiamentos no montante de R\$ 112.741 e empréstimos de ações no montante de R\$ 220.996 classificados em Empréstimos e adiantamentos a clientes, por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 128.434, classificados em Carteira de Câmbio. A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 2.140.673 (2017: R\$ 1.014.264), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo. Nos exercícios de 2018 e 2017 o Consolidado não possuía operações de crédito em atraso. Situação de vencimento da carteira:

	2018	2017
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Vencimentos em até um ano	1.592.026	825.881
Vencimentos após um ano	548.647	325.813
Total	2.140.673	1.151.694

(b) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2018	
	Valor de custo	Valor de custo
Aplicações em moeda estrangeira	21.930	21.930
Aplicações em operações compromissadas	8.000.000	8.000.000
Total	8.021.930	8.021.930

Em 2017 o Consolidado possuía aplicações em moeda estrangeira no montante de R\$ 600.804, classificados como Empréstimos e adiantamentos. As aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 21.064.901, eram classificadas como Caixa e equivalentes de caixa. As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

(c) Outros ativos financeiros

	2018		
	Valor de Custo	Valor de Custo	Valor de Custo
Negociação e intermediação de valores	1.138.364	1.138.364	1.138.364
Outros	281	281	281
Total	1.138.645	1.138.645	1.138.645

Em 2017 os saldos de negociação e intermediação de valores, no montante de R\$ 405.892, estavam classificados como outros ativos. Em consonância com os novos parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, esses saldos estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(d) Classificação por estágios e provisão para perda esperada

	2018		
	Estágios		Total
	1	2	Total
Ativo financeiro			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.231.892	910.134	2.142.026
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.021.930	-	8.021.930
Outros ativos financeiros	1.138.645	-	1.138.645
(-) Perda esperada	(457)	(896)	(1.353)
Total	10.392.010	909.238	11.301.248

Conforme avaliação interna, em 2017 não houve operações de crédito avaliadas com possibilidade de perda de valor recuperável, uma vez que a totalidade da carteira foi classificada com qualidade de crédito alta. Não houve reestruturação de ativos problemáticos nos exercícios de 2018 e 2017. No exercício de 2017, o montante de recuperação de crédito totalizou R\$ 54.522. Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	2018		
	Estágios		Total
	1	2	Total
Ativo financeiro			
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	1.268.578	391.821	1.660.399
(-) Perda esperada	(421)	(912)	(1.333)
Total	1.268.157	390.909	1.659.066

Em 2017, o Consolidado possuía fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes no montante de R\$ 982.507, registrados em contas de compensação.

10. Ativo tangível

	Saldo inicial – 2018			Saldo final – 2018			Movimentação – 2018			
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imóveis de uso	95.126	(13.682)	81.444	-	-	(3.500)	-	81.444	(3.500)	77.944
Instalações, móveis e equipamentos de uso	66.343	(28.041)	38.302	2.089	(4.829)	(6.923)	3.860	35.562	(3.063)	32.499
Sistema de processamento de dados	32.367	(21.303)	11.064	7.538	-	(4.006)	-	18.602	(4.006)	14.596
Outros	22.135	(10.182)	11.953	571	(261)	(2.111)	339	12.263	(1.772)	10.491
	216.057	(73.208)	142.849	13.310	(7.369)	(16.540)	4.199	148.790	(12.341)	136.449
	Saldo inicial – 2017			Saldo final – 2017			Movimentação – 2017			
Imobilizações em curso	779	-	779	-	(693)	-	-	86	-	86
Imóveis de uso	94.976	(10.187)	84.789	150	-	(3.495)	-	95.126	(13.682)	81.444
Instalações, móveis e equipamentos de uso	62.695	(21.392)	41.303	3.648	-	(6.649)	-	66.343	(28.041)	38.302
Sistema de processamento de dados	39.493	8.295	5.765	(12.891)	(2.996)	12.891	32.367	(21.303)	11.064	-
Outros	22.366	(10.392)	11.974	2.630	(2.861)	(2.651)	2.861	22.135	(10.182)	11.953
	220.309	(73.169)	147.140	12.193	(16.445)	(15.791)	15.752	216.057	(73.208)	142.849

(*) A depreciação é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso – 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios – 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte – 20%. Na aquisição dos ativos tangíveis o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

11. Ativo intangível

	Saldo inicial – 2018			Movimentação – 2018			Saldo Final – 2018		
	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Amortização	Custo	Amortização	Total
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
	5.727	-	5.727	-	-	-	5.727	-	5.727
	Saldo inicial – 2017			Movimentação – 2017					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pendentes. Contudo, alguns Ministros do Supremo se declararam impedidos para julgar a matéria, resultando na falta de quórum necessário. Com isso, não há previsão para a solução final. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 322 (2017 – R\$ 5.318).

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias	264.859	396.582
Contingências	25.530	63.650
Provisão para devedores duvidosos	541	-
Provisão para participação nos lucros	7.115	6.620
Provisão para honorários advocatícios	64.195	70.939
Marcação a Mercado – TVM e derivativos	111.829	184.381
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 21(b))	53.854	70.035
Outros	1.795	957
Prejuízos fiscais e base negativa	88.001	-
Total de créditos tributários – ativo	352.860	396.582

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$164.811 (2017: R\$ 223.536), tendo sido realizado R\$ 210.714 (2017: R\$ 75.261) sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 298.948 (2017: R\$ 292.174). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 24.375 (2017 – R\$ 40.238). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(i)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	443.587	346.847
Juros sobre capital próprio	(270.000)	-
Resultado Ajustado	173.587	346.847
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 20% de CSLL)	(78.114)	(156.419)
Despesas inadotáveis líquidas de receitas não tributáveis	(59.792)	(10.086)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	(47.757)	493
Compensação ativo fiscal diferido	-	64.366
Efeito CSLL 5%	(17.819)	(21.811)
Outras	(7.733)	8.220
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	(133.101)	41.182
IRPJ e CSLL no exercício	(211.215)	(115.237)

16. Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2017: 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017: 5.470) ordinárias e 191 (2017: 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250, com base na conta de reserva de lucros – estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. A Reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3(n)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital do Banco, sem a emissão de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente aos acionistas. O aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

17. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) **Receitas com juros e similares** - Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	2018	2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.204	3.005
Aplicações no mercado aberto	1.438.180	1.852.249
Aplicações em títulos de renda fixa	260.551	622.149
Empréstimos e adiantamentos	153.037	165.364
Aplicações no exterior	40.379	5.425
Outros ativos financeiros	11.196	4.085
	1.931.547	2.652.277

(b) **Despesas com juros e similares** - Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	2018	2017
Ativos/passivos financeiros	(303.831)	(120.196)
Depósitos	(357.970)	(399.461)
Despesas de operações compromissadas	(487.649)	(737.641)
Outros passivos financeiros	(60.032)	(22.857)
	(1.209.482)	(1.280.155)

c) Ganhos(perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros

	2018	2017
Instrumentos financeiros	580.546	(83.561)
Instrumentos de dívida e patrimônio	(62.068)	(20.995)
	518.478	(104.556)

18. Receita de tarifas e comissões

	2018	2017
Receitas com comissões de colocação de títulos	91.877	116.725
Receita de administração de fundos	76.434	72.788
Receita de serviços de assessoria e consultoria	12.513	9.832
Receita de serviços – exterior	274.497	192.778
Rendas de corretagem – B3	171.519	128.640
Outras receitas	625	542
	627.465	521.305

19. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma despesa de R\$ 375.942(2017 – R\$ 434.149).

20. Despesas tributárias

	2018	2017
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(98.115)	(108.199)
	(98.115)	(108.199)

21. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(103.570)	(64.285)
Despesas com serviços de terceiros	(41.078)	(36.073)
Despesas com viagens	(16.283)	(15.474)
Despesas com sistemas e tecnologias	(28.405)	(25.863)
Despesas com alugueis	(13.774)	(11.164)
Outros	(37.536)	(47.860)
	(240.646)	(200.719)

22. Benefícios a empregados

(a) **Previdência privada** - O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 19.387 (2017 – R\$ 18.653) para o fundo de pensão.

(b) **Unidade de ações restritas (RSUs)** - Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2018	
	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2017	539.665	35.803
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	120.602	13.520
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(258.726)	(15.549)
Transferência/saída de funcionários	(14.632)	(1.259)
Ações em circulação em 31/12/2018	386.909	32.515

	2017	
	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2016	741.897	41.498
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	188.617	15.979
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(341.323)	(18.999)
Transferência/saída de funcionários	(49.526)	(2.675)
Ações em circulação em 31/12/2017	539.665	35.803

Em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre *grant* e *vesting*, foi registrado no exercício um aumento patrimonial no valor R\$ 4.953 (2017 – R\$ 6.865). O valor contabilizado no passivo em 2018 foi de R\$ 153.568 (2017 – R\$ 163.315) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 70.541 (2017 – R\$ 79.452), incluindo os encargos sociais.

23. Capital

(a) **Regulatório** - O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Consolidado era de 15.87% (2017: 25,01%) (inclui RBAN), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	2018
(a) RWAcad – risco de crédito por abordagem padronizada	12.395.205
(b) RWAcam – parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial ..	830.121
RWAJUR – parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas	
(c) na carteira de negociação	13.049.376
(d) RWACOM – parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	16.418
(e) RWAACS – parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	770.622
(f) RWAOPAD – parcela referente ao risco operacional	2.890.452
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	29.952.194
(h) RBAN – parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	44.624
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 8,625%)	2.583.377
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR)¹	4.759.570
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido	561.604
Margem (j-i-k-h)	1.569.965
Índice da Basileia = (j) * 8,625%/(i)	15,89%

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

	2017
(a) RWAcad – risco de crédito por abordagem padronizada	8.845.221
(b) RWAcam – parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial ..	977.673
RWAJUR – parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas	
(c) na carteira de negociação	5.341.186
(d) RWACOM – parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	39.696
(e) RWAACS – parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	346.164
(f) RWAOPAD – parcela referente ao risco operacional	2.652.849
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	18.202.789
(h) RBAN – parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	33.530
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 9,25%)	1.683.758
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR)¹	4.642.254
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido	227.535
Margem (j-i-k-h)	2.679.432
Índice da Basileia = (j) * 9,25%/(i)	25,50%

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP ("Conglomerado").

(b) **Gerenciamento de capital** - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

24. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2018		2017	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	6.478	-	142.319	-
JP Morgan Chase Bank London	5.798	-	15.675	-
JP Morgan Chase Bank, National Association	-	-	126.644	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	680	-	-	-
Aplicações em moeda estrangeira	21.936	40.378	600.930	5.425
JP Morgan Chase Bank, National Association	21.936	40.378	600.930	5.425
Serviços prestados a receber	16.813	252.389	16.279	196.642
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	17.288	-	87
JP Morgan Administradora de Carteira do Brasil Ltda	105	1.258	105	1.258
JP Morgan Chase Bank, National Association	5.508	47.267	1.406	29.820
J.P. Morgan Securities LLC	2.409	71.063	2.381	45.826
JP Morgan Asset Management (Europe)	-	1.667	182	1.586
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	111	9.306	36	12.416
JP Morgan Limited	-	-	769	14.053
Lawton Multimercado	3.578	46.870	3.419	39.328
Chase Bank NY Foreign Subs.	-	-	-	4.484
JP Morgan Chase Bank, N.A. – London Branch	5.102	57.670	7.981	47.774
Outros valores a receber (a pagar)	6.895	(7.584)	(3.539)	(6.648)
J.P. Morgan Securities LLC	(4.456)	(4.260)	-	(1.410)
JP Morgan Administradora de Carteira do Brasil Ltda	(3.372)	-	-	-
JP Morgan Chase Bank, National Association	15.011	(4.752)	(3.539)	(575)
Chase Manhattan Holdings Limitada	18	-	-	-
JP Morgan Chase Bank, N.A. – London Branch	(443)	1.428	-	-
J.P. Morgan Securities PLC	-	-	-	(6.958)
JP Morgan Corp. Financeira	-	-	-	(127)
JPMC Holdings LLC	-	-	-	2.422
Lawton Multimercado	137	-	-	-
Depósitos	(1.561.072)	(115.658)	(1.472.881)	(74.155)
Chase Manhattan Holdings Ltda	(528)	(9)	(210)	-
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda	(23.606)	(1.388)	(23.446)	(2.076)
HCM Participações Brasil Ltda	(16.875)	(3.144)	(87.267)	(6.567)
J.P. Morgan Administradora de Carteira do Brasil	(69.417)	(2.330)	(35.485)	(2.521)
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda	(559)	-	(422)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(171)	-	(83)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(93)	(3)	(77)	-
Gaborone Participações Ltda	(2.561)	(138)	(2.544)	(219)
OEP BRASIL Ltda	(2.763)	(141)	(2.806)	(232)
Lawton Multimercado	(1.444.449)	(108.505)	(1.320.551)	(62.540)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	(50)	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	(350.826)	(21.187)	(334.844)	(33.407)
JP Morgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	(350.826)	(21.187)	(334.844)	(33.407)
Obrigações por operações compromissadas	(5.327.097)	(243.101)	(5.010.886)	(335.650)
JP Morgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	(16.805)	(2.485)	(38.304)	(2.065)
Lawton Multimercado	(5.310.292)	(240.616)	(4.972.582)	(353.585)
Instrumentos financeiros derivativos	129.720	(4.464)	58.023	492.779
JP Morgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	(15.488)	6.341	(6.274)	145
Lawton Multimercado	69.501	(10.805)	64.297	492.634
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	75.707	-	-	-
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
JP Morgan Chase Bank, National Association	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
Despesa de pessoal	(106.718)	(50.380)	(101.287)	(42.873)
JP Morgan Chase & CO	(106.718)	(50.380)	(101.287)	(42.873)
Operação de Câmbio	383	4.728	(518)	-
JP Morgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	383	4.728	(518)	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) **Remuneração da administração** - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenários: • Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global. • Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu. • Bond Sell Off é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("hawkish"). • *Inflation. Similar ao Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA. • USD Crisis é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10. • *Commodities Sell Off Crise* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*. • *Emerging Markets* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos. • EURO Zone é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. • *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos. • *Dealer Exit* é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou *dealer* de grande porte.

(b) Risco operacional - Risco operacional é o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O risco operacional é parte das atividades do conglomerado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio. O Conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Conglomerado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez - Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais. A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descausamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação. Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado. Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local. São responsabilidades desta unidade: • Monitora a gestão de risco de liquidez no país; • Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez; • Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local; • Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano; • Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e • Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão: • gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descausamento entre eles; • garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas; • mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia; • garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e • garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Também é responsabilidade desta unidade manter atualizado o plano de contingência. O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução 4.557. A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados. A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a considerável participação dos ativos líquidos nos ativos totais (59.12%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (139.99%). Durante o exercício de 2018, o conglomerado manteve estes indicadores de forma a garantir o o adequado gerenciamento de risco de liquidez e observamos índices maiores quando comparados ao ano anterior (2017) que refletem a ótima condicao de liquidez do conglomerado.

	2018	2017
Ativos líquidos / ativos totais	59.12%	65.05%
Ativos líquidos / recursos de curto prazo	139.99%	163.97%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

R\$ milhões	Liquidez total disponível		
	2018	2017	2016
Dia 1	15.250	12.698	10.182
2 - 7	14.617	12.123	6.259
8 - 14	13.647	11.996	6.232
15 - 30	13.506	11.898	6.011
31 - 60	13.317	11.510	5.854
61 - 90	13.443	11.193	5.657

A DIRETORIA

Lucilia Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas - **Banco J.P. Morgan S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

R\$ milhões	2017					
	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90
Aplicações em instituições financeiras	9.093	(60)	-	2.000	1.300	-
Títulos e valores mobiliários	6.738	60	-	(2.000)	(1.300)	-
Cambio e captações externas	(652)	(28)	2	3	37	-
Instrumentos financeiros derivativos	(38)	7	-	-	-	-
Operações de crédito	1	-	-	-	-	-
Depósitos a vista	(396)	-	16	31	25	8
Depósitos a prazo	(2.032)	(539)	(130)	(102)	(252)	(274)
Fianças	-	-	-	-	-	-
Outros	(16)	(15)	(15)	(30)	(198)	(51)
Fluxos futuros descontados	12.698	(575)	(127)	(98)	(388)	(317)
Liquidez total disponível	12.698	12.123	11.996	11.898	11.510	11.193

Teste de estresse - O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando o modelo corporativo de estresse. São aplicados fatores de ponderação por tipo de produto com o intuito de representar os efeitos de um cenário de estresse de liquidez. Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de contingência - O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse. A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez. Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez. As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos) - O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primarias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Riscos, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito - Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, *swaps*, *forwards* e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor. As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são: • avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito. • atribuição de uma classificação de risco (*rating*) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de *ratings* (FBI), revisão trimestral de *ratings* (Tiering), revisão mensal das provisões de crédito. • aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (OWL - *overlimits monitoring*). • monitoramento, avaliação e gerencia do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. Processos: revisão mensal do portfólio de crédito, revisão trimestral de *ratings* (Tiering), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (CSR); • participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito. A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as áreas de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

II. Processos de validação dos modelos de precificação - Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR). A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo. MRGR (*Model Risk Governance and Review Group*) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso. *Valuation Control Group* (VCG) é responsável por fornecer as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a formalização do contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pela precificação independente utilizando fontes de dados independentes, além de determinar a metodologia para computar os ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

Instituição e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de março de 2019

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3